



## **11 DE SETEMBRO DE 2015**

### **Sexta-feira**

- **BAIXA NA NOTA DO BRASIL CAUSA EFEITO DOMINÓ EM 31 EMPRESAS**
- **PARALISAÇÃO NA FORD É A 10ª GREVE DEFLAGRADA EM MONTADORAS EM 2015**
- **ARTIGO: RESQUÍCIOS DE UM PASSADO NÃO TÃO LONGÍNQUO**
- **E-COMMERCE BILIONÁRIO: SETOR MOVIMENTOU R\$ 35 BILHÕES EM 2014**
- **CURITIBA TEVE INFLAÇÃO MAIS ALTA DO PAÍS EM AGOSTO**
- **MERCEDES SUPERA AUDI EM VENDAS DE CARROS DE LUXO**
- **BANCOS BRASILEIROS PERDEM GRAU DE INVESTIMENTO PELA S&P**
- **SIDERÚRGICAS DOS EUA ENFRENTAM RISCOS COM LAMINADOS A FRIO**
- **COMO A PERDA DO GRAU DE INVESTIMENTO AFETA O SEU BOLSO**
- **FITCH AINDA VÊ ELEMENTOS QUE APOIAM GRAU DE INVESTIMENTO DO BRASIL**
- **CICLO DE ALTA DO JURO SERÁ MAIS INTENSO E LONGO DO QUE O PREVISTO, DIZ BANCO CENTRAL**
- **LOCADORAS VÃO REPASSAR 315 MIL CARROS EM 2015**
- **ZF CELEBRA SEU PRIMEIRO CENTENÁRIO**
- **BMW COMEMORA 10 MILHÕES DE SEDÃS SÉRIE 3 PRODUZIDOS**
- **VENDA DE IMPLEMENTOS RECUA 40,8% ATÉ AGOSTO**
- **CHANCE DE REAJUSTE ANIMA MERCADO E AÇÕES DE SIDERÚRGICAS SOBEM NO MÊS**
- **CONTRATOS FUTUROS DO MINÉRIO DE FERRO SOBEM 5% NA CHINA POR OTIMISMO COM AÇO**
- **VEDANTA RETOMA PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO EM GOA, NA ÍNDIA**
- **PARISOTTO PODERÁ ASSUMIR CONSELHO DA USIMINAS**
- **MRS E MMX CHEGAM A ACORDO E ENCERRAM DISPUTA DE R\$ 1 BILHÃO**

- QUEDA DA INDÚSTRIA É GENERALIZADA NO PAÍS, AVALIA IBGE
- CHEFE DE CAMINHÕES DA DAIMLER ESPERA CRISE PROLONGADA NO BRASIL
- FIESP E FIRJAN CULPAM GOVERNO PELO REBAIXAMENTO DO BRASIL EM AGÊNCIA DE RISCO
- MERCADO FORMAL DE TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA CRESCER 6,5% EM 2014
- ARTIGO: O CAOS GERADO COM AS RETENÇÕES MENSIS DE ENCARGOS TRABALHISTAS DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS
- COBRE RECUA EM LONDRES E NOVA YORK COM REALIZAÇÃO DE LUCROS
- MICRO E PEQUENA EMPRESA SÃO MOTOR DO EMPREGO LATINO-AMERICANO, DIZ OIT
- CUSTOS INDUSTRIAIS TIVERAM ELEVAÇÃO DE 3,2% NO 2º TRIMESTRE, DIZ CNI
- CARGA CAIU 3,4% EM AGOSTO ANTE O MESMO MÊS DE 2014
- A MACROECONOMIA NO BRASIL DE HOJE
- CAPTAÇÃO DE RECURSOS POR EMPRESAS BRASILEIRAS NO EXTERIOR DEVE CAIR
- DÓLAR COMERCIAL OPERA EM QUEDA DE 0,28%, A R\$ 3,839
- CAPACIDADE DA CBMM PODE SER AMPLIADA
- RESUMO DO DIÁRIO OFICIAL

| <b>CÂMBIO</b>        |               |              |
|----------------------|---------------|--------------|
| <b>EM 11/09/2015</b> |               |              |
|                      | <b>Compra</b> | <b>Venda</b> |
| <b>Dólar</b>         | 3,868         | 3,869        |
| <b>Euro</b>          | 4,385         | 4,387        |

Fonte: BACEN

### **Baixa na nota do Brasil causa efeito dominó em 31 empresas**

10/09/2015 – Fonte:EM.com

A onda de más notícias não para de rondar a Petrobras, empresa que um dia já foi orgulho nacional. Um dia depois de ter rebaixado para grau especulativo a nota do Brasil,

a agência de risco Standard & Poor's derrubou a classificação de 31 empresas brasileiras (incluindo 11 bancos), começando pela Petrobras. A nota da estatal caiu de BBB- para BB, com perspectiva negativa.

O impacto, de acordo com especialistas, será muito grande no caixa da empresa que já tem cerca de R\$ 500 bilhões de reais em dívida (mais de US\$ 140 bilhões), onde 70% está em dólar. Além disso, com a perda do selo de bom pagador, a petroleira terá os custos de financiamento aumentados, além da dificuldade de se refinar.

Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de macroeconomia e política da Tendências Consultoria alerta que o buraco é maior ainda. "Com o aumento do custo para se financiar, projetos serão cancelados, isso reflete na economia real, que bate no Produto Interno Bruto (PIB), que bate no emprego e bate em salário.

Eu não sei se o governo se deu conta disso. Às vezes se tem muita dificuldade de fazer essa ponte com o cidadão real. Isso bate nas pessoas aqui", ressaltou. Ela acrescenta que é um círculo vicioso que não afeta apenas a Petrobras, mas todas as empresas da cadeia produtiva que terão projetos, mesmo os que estão em andamento, cancelados.

"Todas as empresas estão expostas ao risco soberano do país. E é mais uma notícia ruim que se junta à operação Lava Jato e aos processos milionários que a empresa enfrenta na justiça norte-americana também", acrescentou.

Já Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE) considera que o rebaixamento de 31 empresas pela S&P, em sua grande maioria empresas de energia e infraestrutura é péssimo para o país, uma vez que se projeta e precisa que o crescimento econômico aconteça nesses setores.

Na opinião dele isso afugenta investidores, pois "ao perder o grau a imagem fica ruim", disse. "Essa situação que a gente está vivendo de ontem para hoje é fruto de uma política onde o governo cometeu os maiores erros nos últimos anos. Eu torço para que tudo isso sirva de um grande alerta para agora se adotar medidas que recuperem a credibilidade", disse.

**CHOQUE NOS MERCADOS** O corte da nota de crédito do Brasil pela agência de classificação de risco S&P e a perda do selo de bom pagador do país levaram o dólar à máxima de R\$ 3,908 e fizeram o principal índice da Bolsa brasileira cair até 2,28% durante a sessão de ontem.

A reação negativa dos mercados, segundo analistas, refletiu a surpresa com o momento da decisão da S&P. A avaliação é que a perda do chamado grau de investimento era esperada apenas para o final do ano ou começo de 2016.

A medida levou o Banco Central a agir para tentar conter a volatilidade do câmbio. A autoridade promoveu um leilão de US\$ 1,5 bilhão de linhas de crédito – com isso, o BC injetou dinheiro novo no mercado com compromisso de recompra em janeiro e abril do próximo ano.

Após subir quase 3% no início do dia, a moeda americana reagiu à intervenção do BC e amenizou a alta sobre o real. O dólar à vista, referência no mercado financeiro, fechou em alta de 0,96%, para R\$ 3,833 na venda. Já o dólar comercial, utilizado em operações de comércio exterior, subiu 1,36%, para R\$ 3,850.

Além da atuação do Banco Central, a sinalização da agência de risco Fitch Ratings de que o país ainda tem elementos apoiando seu grau de investimento colaborou para reduzir a pressão no câmbio.

## **Paralisação na Ford é a 10ª greve deflagrada em montadoras em 2015**

10/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Um dia após a Ford dar início a demissões de operários na fábrica de São Bernardo do Campo (SP), funcionários da unidade deflagraram greve por tempo indeterminado a partir desta quinta-feira (10).

A paralisação foi aprovada pelos trabalhadores, por unanimidade, durante assembleia no início da manhã na porta da fábrica, onde a empresa produz o New Fiesta e veículos pesados.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, toda a produção deve seguir suspensa. A montadora confirmou a paralisação. A greve na Ford é pelo menos a décima deflagrada por metalúrgicos em montadoras do país desde o início do ano.

## **Artigo: Resquícios de um passado não tão longínquo**

10/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O segundo mandato da presidente Dilma começou com uma equipe econômica de mais alta credibilidade. O ministro da Fazenda escolhido não fazia parte das apostas mais otimistas do mercado financeiro às vésperas do segundo turno, sendo inclusive um nome frequentemente citado para ocupar um cargo relevante caso a oposição fosse vencedora.

Joaquim Levy era um dos poucos nomes capazes de resgatar a esperança dos investidores e do empresariado em um governo de continuidade. Trazia consigo uma história de ajuste fiscal de sucesso, além de ser um economista de vertente completamente divergente dos formuladores da “nova matriz econômica” do mandato anterior. Com ele, faríamos um ou dois anos, no máximo, de ajustes e sairíamos do crescimento zero.

O fator preponderante para a morte prematura do plano Levy é a crise política que vivemos

Infelizmente a esperança nesse enredo durou pouco. A confiança na economia não voltou, as projeções de crescimento pioraram bastante e o consenso de que tínhamos grande probabilidade de perder o grau de investimento ano que vem já se concretizou ainda neste ano. O que mudou neste curto intervalo de tempo?

Uma explicação é de que a atividade econômica está muito mais fraca do que qualquer economista podia prever ao fim do ano passado, ao mesmo tempo em que a situação fiscal do fim de 2014 revelou-se muito pior que a indicada pelos dados da época.

De fato, o ajuste fiscal não está conseguindo trazer números menos constrangedores pelos motivos citados. No entanto, esses fatores não são, de forma alguma, responsáveis pelo desânimo dos empresários, nem pela desconfiança do mercado financeiro.

O fator preponderante para a morte prematura do plano Levy é a crise política que vivemos. É o fato de termos o Poder Executivo completamente desconectado do Poder Legislativo e de sua base aliada em um país onde qualquer medida relevante precisa ser aprovada tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado.

O agravamento da crise política e o desenrolar da Operação Lava Jato trouxeram a percepção de que a estratégia econômica capitaneada por Levy esteja já mudando de rumo, ou de que isso ocorrerá em breve.

A medida detonadora dessa percepção foi a flexibilização das metas de superávit primário desse ano, de 2016 e de 2017. Esperávamos metas mais condizentes com a realidade do PIB, mas fomos surpreendidos com o tamanho do ajuste e com o seu alongamento.

Levy vinha defendendo explicitamente um ajuste mais forte no curto prazo, capaz de trazer de volta a confiança em oposição a um ajuste gradual e prolongado, incapaz de acordar o espírito animal.

Os sinais eram de que o governo iria ajustar a meta de superávit primário desse ano, de 1,2% do PIB para algo perto de 0,5%. A nova meta ficou em 0,15%, com possibilidade de abatimento, recurso que até o momento parecia ser reprovado pela atual equipe da Fazenda.

O governo apresentou o orçamento de 2016 prevendo déficit primário. A postergação da meta de 2% para 2018 foi um sinal de que o governo desistiu da luta com o Congresso, colocando a relação dívida/PIB em trajetória perigosa.

Como se não bastasse o adiamento do ajuste fiscal, o governo voltou a usar os bancos públicos contra a recessão. Essa prática altamente criticada no discurso de posse de Levy tem como objetivo anunciado ajudar as empresas a “respirar” e evitar demissões.

Volta-se a utilizar a política parafiscal para impedir que o ajuste dos salários e dos preços relativos tenha o curso necessário para desinflacionar a economia. Para os que acham que já estamos no fundo do poço, recomenda-se estudar o período chamado de “década perdida” da história brasileira.

(Solange Srouf, economista-chefe da ARX Investimentos, é especialista do Instituto Millenium).

## **E-commerce bilionário: setor movimentou R\$ 35 bilhões em 2014**

10/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Especialistas em comércio eletrônico avaliam que a popularidade dos cupons de desconto on-line decorre de dois fatores: o aumento do número de consumidores dispostos a efetuar suas compras pela internet, o que não só consolida o segmento como impulsiona o seu amadurecimento; e o desenvolvimento de ferramentas que possibilitam a oferta desse recurso.

### **R\$ 376,55**

É o valor médio desembolsado por brasileiros por compra on-line. No primeiro semestre de 2015, 17,6 milhões de consumidores únicos realizaram 49,4 milhões de pedidos de produtos no comércio eletrônico – e 10% dessas compras foram feitas pelo celular.

Os produtos mais vendidos foram itens de moda e acessórios, seguidos por eletrodomésticos, celulares, cosméticos e livros. As informações são do relatório semestral WebShoppers, da E-bit.

Os números do e-commerce no Brasil evidenciam o potencial do setor e justificam o investimento de milhares de lojas em sites e possibilidades mais atrativas para e-consumidores.

Segundo relatório recente do E-bit, empresa especializada em informações sobre comércio eletrônico, o segmento movimentou R\$ 35,8 bilhões no ano passado. Ao todo, 51,5 milhões de brasileiros realizaram pelo menos uma compra pela internet.

Se mantiver o ritmo de crescimento registrado desde 2011, o segmento deve repetir os bons resultados nesse ano: só no primeiro semestre de 2015 já foram R\$ 18,6 milhões de receita.

### **Curitiba teve inflação mais alta do país em agosto**

10/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A inflação em Curitiba em agosto foi a mais alta de todas as cidades pesquisadas pelo IBGE. O índice de 0,47% foi mais do que o dobro do 0,22% registrado no país. O IPCA acumulado na capital neste ano foi de 8,83%, também o mais alto do Brasil, acima da média nacional de 7,06%.

A alta de preços em Curitiba foi influenciada por uma elevação ainda forte nos custos da alimentação fora do domicílio (0,90%), artigos de residência (0,81%) – em que entram aparelhos eletrônicos (1,37%) –, serviços pessoais (0,77%) e educação (0,93%).

No ano, o grupo com maior alta de preços é o de combustíveis e energia (55%), seguido de alimentação no domicílio (10,71%) e móveis e utensílios (8,67%).

Em agosto, os produtos que mais subiram em Curitiba foram o repolho (13,39%), o jornal diário (12,5%), a couve (11,3%), milho em conserva (10,47%) e a melancia (9,96%). Houve queda de preços de quase 90 itens avaliados pelo IBGE na cidade. Os maiores recuos foram os da passagem aérea (-22,69%), tomate (-16,58%), cebola (-15,02%), morango (-13,61%) e salsicha (-9,9%).

Neste ano, o item que mais subiu, de longe, foi a cebola. A alta de 183% foi mais do que o dobro da registrada pelo segundo lugar na inflação curitibana, a energia elétrica residencial, com elevação de 70,63%.

### **Mercedes supera Audi em vendas de carros de luxo**

10/09/2015 – Fonte: Exame



A Mercedes-Benz superou a Audi em vendas no acumulado de janeiro a agosto e se tornou a segunda maior fabricante de carros de luxo do mundo em um momento em que a Audi e a BMW têm dificuldades para igualar o crescimento das vendas da marca na China.

A Mercedes entregou 1,19 milhão de veículos no período, 10.880 carros a mais que os 1,18 milhão da Audi, que pertence à Volkswagen AG. A última vez em que a marca da Daimler AG vendeu mais que a Audi em uma base anual foi em 2010.

A Mercedes tirou proveito do aumento nas vendas de seu sedã Classe C de preço médio e de seus SUVs e também dos resultados obtidos na China, onde a empresa foi a única das três principais fabricantes de carros de luxo a registrar um crescimento nas vendas em agosto.

“Estimamos que a Mercedes ultrapassará a Audi neste ano e permanecerá à frente nos próximos dois anos”, disse Marc-René Tonn, analista da Warburg Research em Hamburgo. “Na China, a Mercedes está se beneficiando com o fato de ter dois modelos que estão indo bem, a versão longa do Classe C e o GLA. O efeito positivo de ambos por enquanto deverá permanecer”.

A combinação de queda no mercado de ações da China e esfriamento do crescimento econômico do país deixam os clientes cautelosos em relação à compra de carros novos.

As vendas de veículos de passageiros no maior mercado automotivo do mundo atingiram em julho o nível mais baixo em 17 meses, antes de subirem 0,6 por cento em agosto devido a descontos e incentivos, como o seguro subsidiado.

A Audi disse que vê “luz no fim do túnel” no mercado e que os novos modelos ajudarão a empresa a crescer no país novamente.

“Estamos nos preparando para intensificar o ritmo com um amplo impulso aos modelos e à tecnologia”, disse Luca de Meo, diretor de vendas da Audi, que tem sede em Ingolstadt, na Alemanha, em um comunicado nesta quinta-feira.

### **Vendas da BMW**

As vendas da líder do mercado de luxo, a BMW AG, subiram 5,5 por cento, para 1,21 milhão, na marca que leva o mesmo nome da empresa.

A BMW entregou 135.735 carros em agosto, um incremento de 7,6 por cento, após vender um volume maior do compacto Série 1 e dos SUVs X4 e X6.

As vendas da Audi subiram 2,7 por cento, para 128.650 veículos, contra um salto de 18 por cento da Mercedes, para 139.802 carros.

As entregas da Mercedes na China, incluindo Hong Kong, cresceram 53 por cento, para 32.763 carros, contra uma queda de 4,1 por cento da Audi, para 45.196 veículos.

As vendas da BMW na China continental tiveram um declínio de 0,9 por cento, para 34.168 carros.

Tanto a Audi quanto a Mercedes, que tem sede em Stuttgart, na Alemanha, querem desbancar a BMW até o fim da década.

A empresa com sede em Munique mantém o primeiro lugar em vendas globais desde 2005.

## **Bancos brasileiros perdem grau de investimento pela S&P**

10/09/2015 – Fonte: Exame



A agência de classificação de risco Standard & Poor's reduziu nesta quinta-feira a nota de crédito de várias instituições financeiras do Brasil, tirando o selo de grau de investimento de grandes bancos um dia após ter feito o mesmo com a nota soberana do país. Bradesco, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal e Santander

Brasil tiveram o rating em moeda estrangeira de longo prazo reduzido de "BBB-" para "BB+", dentro do grau especulativo.

Além disso, como o Brasil, todos eles estão com a nota em perspectiva "negativa", o que indica chance de novo rebaixamento da nota adiante.

Citibank Brasil, Banco do Nordeste e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais também perderam o status de bons pagadores, tendo suas notas reduzidas igualmente para "BB+" com perspectiva "negativa".

Outros bancos que já estavam dentro da faixa especulativa mantiveram suas notas, mas tiveram a perspectiva alterada para "negativa", como o ABC Brasil e Banco Votorantim.

Alguns na camada "junk" foram rebaixados em um degrau, caso do BTG Pactual, que passou de "BB+" para "BB", e do Pan, de "BB" para "BB-".

### **Siderúrgicas dos EUA enfrentam riscos com laminados a frio**

10/09/2015 – Fonte: Exame



A Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos (ITC, na sigla em inglês) disse nesta quinta-feira que as fabricantes de aço norte-americanas arriscam se prejudicar com importações baratas de aço plano laminado a frio de sete países, e votou por continuar uma investigação que pode levar à taxação de importações.

As importações dos países afetados - Brasil, China, Índia, Japão, Coreia do Sul, Rússia e Reino Unido - totalizaram 1,2 bilhão de dólares em 2014, disse o ITC.

O aço é utilizado por indústrias como automotiva e de construção. Os comissários também encerraram uma investigação de importações da Holanda, que foi incluída na reclamação original de AK Steel, ArcelorMittal USA, Nucor, Steel Dynamics e United States Steel.

### **Como a perda do grau de investimento afeta o seu bolso**

10/09/2015 – Fonte: Exame



A alta dos juros é o principal efeito para o pequeno investidor da perda do grau de investimento do Brasil, anunciada pela agência de classificação de risco Standard & Poor's na noite desta quarta-feira (9). Essa tendência torna mais atrativos investimentos



em renda fixa que acompanham a variação da taxa, mas por outro lado deve contribuir para o encarecimento de operações de crédito.

O grau de investimento é uma espécie de selo de bom pagador concedido pelas agências de rating a um país e sinaliza que há baixo risco de que o governo não honre o pagamento de sua dívida. Muitos fundos de pensão estrangeiros, por exemplo, só podem investir em países que têm esse perfil de crédito (veja por que a S&P retirou o grau de investimento do Brasil).

A perda dessa proteção, portanto, deve provocar a saída de recursos de investidores estrangeiros aplicados no Brasil. Com a fuga de dólares do país, a tendência é de que a moeda americana se valorize ante o real, aponta Sidnei Nehme, diretor da corretora NGO.

"Como a proporção de uso de produtos importados na produção brasileira é alta, a valorização do dólar certamente irá provocar uma alta da inflação", diz Nehme. O diretor da NGO estima que a inflação ultrapasse os 10% neste ano.

Como consequência do aumento da inflação, a perda do selo de bom pagador tende a pressionar os juros básicos no país, principal instrumento usado pelo governo para conter a alta dos preços.

Roberto Indech, analista da corretora Rico, aponta que a decisão da S&P aumentou a possibilidade de que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) aumente os juros novamente na próxima reunião do comitê. Na última reunião do Copom, realizada na semana passada, a Selic foi mantida em 14,25%.

Nesse cenário, Indech recomenda como investimento de médio prazo a compra de títulos públicos, vendidos pela plataforma Tesouro Direto.

"Minha principal indicação é a compra do Tesouro Prefixado (antiga LTN) com vencimento em 2018. Esses títulos estão pagando uma taxa de 15,23% ao ano, definida no momento da aplicação".

Como essa remuneração está praticamente um ponto porcentual acima da Selic atual, de 14,25% ao ano, Indech acredita que a taxa oferecida pelo título já incorpora uma provável alta da taxa básica de juros.

A rentabilidade informada no momento da compra dos títulos é garantida se o investidor mantiver o papel até o seu vencimento. Mas, se forem vendidos antes do prazo, eles podem gerar prejuízos (veja por que os títulos podem gerar perdas).

Por essa razão, os títulos com taxas prefixadas não são recomendados para o investidor que não tolera riscos, afinal, diante da necessidade de resgate antecipado do dinheiro investido, a perda pode ser alta.

O título mais recomendado para investidores que são conservadores, mas não querem deixar de surfar na alta dos juros, é o Tesouro Selic. Como ele paga a variação diária da taxa Selic, se a taxa subir ou cair, o título sempre acompanha a sua flutuação, o que evita que ele fique desvantajoso diante das oscilações dos juros.

Para especilistas, a perda do grau de investimento do país não aumenta o risco de calote do governo para quem investe em títulos públicos.

Além do Tesouro Selic, existem outras opções de investimento de baixo risco que acompanham as elevações da taxa básica de juros. Entre elas estão os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e Letras de Crédito

Imobiliário (LCIs), que são títulos de dívidas emitidos por bancos e os fundos de investimentos de renda fixa (veja como escolher o melhor investimento para você).

### **Crédito**

Se a manutenção de alta de juros se concretizar, as chances de as operações de empréstimo ficarem mais caras são grandes. Como a taxa básica de juros é usada como referência para definição de todas as taxas de juros praticadas no mercado, financiamentos imobiliários e empréstimos pessoais também podem sofrer elevações em suas taxas.

## **Fitch ainda vê elementos que apoiam grau de investimento do Brasil**

10/09/2015 – Fonte: Reuters



A agência de classificação de riscos Fitch ainda vê elementos apoiando o grau de investimento do Brasil, disse a analista sênior Shelly Shetty, aliviando os receios do mercado de que a agência poderia seguir os passos da Standard & Poor's e colocar o Brasil em território especulativo.

Falando em uma conferência da Fitch em Nova York, Shelly disse, no entanto, que o rating do Brasil está se deteriorando e que há uma chance maior do que 50 por cento de que o país seja rebaixado.

No entanto, um corte em um degrau ainda manteria o Brasil com o selo de bom pagador, uma vez que a Fitch atualmente classifica o país como "BBB", ou dois degraus acima do território especulativo, com uma perspectiva negativa.

"Claramente há elementos que ainda apoiam as credenciais de grau de investimento", disse Shelly a investidores, citando a diversidade econômica do Brasil, níveis de renda per capita e a condição do governo de credor em dólares.

"Dito isso, claramente a direção (do rating) é negativa e isso está refletido em nossa perspectiva", afirmou.

A trajetória do rating do Brasil vai depender fortemente do consenso político sobre sólidas políticas fiscais e macroeconômicas, acrescentou Shelly.

### **S&P**

A agência de classificação de riscos Standard & Poor's, que cortou o rating do Brasil e tirou o selo de bom pagador na véspera, pode revisar a perspectiva do rating do Brasil para estável ante negativa se o país resolver as questões políticas que estão impedindo medidas de austeridade, disse a analista Lisa Schineller em uma teleconferência nesta quinta-feira. [nL1N11G02B]

Segundo a analista, o orçamento anunciado recentemente, que trouxe uma inédita projeção de déficit primário, foi peça chave na decisão de rebaixar o rating do país.

A S&P espera ações do governo brasileiro para melhorar a situação fiscal do país e vai monitorar as medidas de austeridade que serão propostas para avaliar o que é de longa duração e o que é temporário.

A agência de classificação de riscos Fitch ainda vê elementos apoiando o grau de investimento do Brasil, disse a analista sênior Shelly Shetty após a decisão da Standard & Poor's de cortar a nota do Brasil e colocar o país no território especulativo.

Falando em uma conferência da Fitch em Nova York, Shetty disse, no entanto, que o rating do Brasil está se deteriorando e que a agência está monitorando o impacto da queda da popularidade da presidente Dilma Rousseff sobre sua capacidade de aprovar medidas de austeridade.

### **Ciclo de alta do juro será mais intenso e longo do que o previsto, diz Banco Central**

10/09/2015 – Fonte: CIMM

O Banco Central indicou que o período de alta dos juros pode ser mais "intenso" e "longo" do que o previsto. Mais eloquente que o normal, o BC deu o recado com todas as letras no parágrafo 24 na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

"Para o Comitê, depois de um período necessário de ajustes, que pode ser mais intenso e mais longo que o antecipado, o ritmo de atividade tende a se intensificar, na medida em que a confiança de firmas e famílias se fortaleça", disse a instituição no documento.

Apesar dessa afirmação, a diretoria do BC, no encontro da semana passada, manteve inalterada a taxa de juros (Selic) em 14,25%.

A instituição, ainda neste trecho passou a dar um pouco mais de peso para o que ela classifica de eventos não econômicos. Até a reunião de julho do Copom, a diretoria via esses eventos influenciando uma redução dos investimentos, agora, a instituição destaca que esses fatores têm intensificado o processo que mantém a taxa de atividade doméstica inferior ao potencial.

Em meio a esse cenário de economia fraca, a instituição continua a ver o consumo privado com sinais de contração, em linha com recentes dados de crédito, emprego e renda.

Esse trecho também sugere que o BC coloca todas as suas fichas no ajuste macroeconômico em curso e que a instituição vê, com a retomada da confiança das famílias, a volta da expansão econômica.

Essa percepção, no entanto, pode ter alguma defasagem por ter ocorrido antes do Brasil perder o grau de investimento, anunciado na noite de ontem (09) pela Standard & Poors (S&P), situação que agrava ainda mais o quadro do País. Quando a reunião ocorreu, 02 de setembro, ainda não se sabia que a agência de classificação de risco tomaria essa decisão.

Para o BC, a retomada da atividade, no entanto, não será possível no curto prazo. O Copom entende que as mudanças em curso deixam a composição da demanda agregada mais favorável apenas no médio prazo.

A instituição ainda reafirmou que no que se refere ao componente externo da demanda agregada, o cenário de maior crescimento global, combinado com a depreciação do real, deve favorecer o crescimento do País.

Pelo lado da oferta, o BC continua a ver, em prazos mais longos, perspectivas mais favoráveis à competitividade da indústria e da agropecuária. Para o setor de serviços, a instituição continua a ver taxas menores do que as registradas em anos recentes.

### **Inflação**

O Banco Central informou que sua expectativa para a inflação de 2015 subiu no cenário de referência e segue acima do centro da meta de 4,5%.

No caso do cenário de mercado, a projeção da autoridade monetária para este ano também aumentou e segue acima do centro da meta.

No Relatório Trimestral de Inflação de junho, o BC informou que sua previsão para o IPCA deste ano estava em 9% no cenário de referência e em 9,1% no de mercado. Nesse mesmo documento, a autoridade monetária admitiu que a chance de estouro da meta era de 99%.

No Relatório de Mercado Focus da última segunda-feira, a mediana das estimativas dos economistas do setor privado era de que a inflação oficial do País encerrasse este ano em 9,29% ante taxa de 9,25% prevista às vésperas da divulgação da ata anterior.

O Copom repetiu na ata o parágrafo que traz avaliação sobre o mercado de crédito doméstico.

No parágrafo 26, o colegiado destacou que o cenário central contempla expansão moderada do crédito. Segundo os diretores do BC, isso já havia sido observado e tende a persistir.

### **Superávit**

Em linha com o discurso do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e da presidente Dilma Rousseff, o Banco Central manteve na ata do Copom pouco a premissa de relação de 0,70% para o superávit em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) em 2016 como referência para a trajetória de superávit primário.

A manutenção se dá mesmo após a informação de que o orçamento da União do ano que vem será deficitário em R\$ 30,5 bilhões.

Com o orçamento deficitário, o governo deixou de lado a meta de superávit fiscal estabelecida para o setor público consolidado no próximo ano e passou a trabalhar com uma previsão de déficit de 0,34%.

Isso porque o rombo no orçamento da União equivale a 0,50% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto, ao mesmo tempo, o governo projeta um resultado fiscal positivo de 0,16% do PIB para Estados e municípios.

### **Dólar**

O BC informou que mudou sua premissa para o câmbio de R\$ 3,25 para R\$ 3,55 pelo cenário de referência.

O valor considerado para o dólar está abaixo do valor negociado no dia em que o colegiado decidiu manter a Selic de 14,25% ao ano. Na quarta-feira passada, o dólar à vista fechou em R\$ 3,7530, o maior patamar até então desde 12 de dezembro de 2002.

O Banco Central tentava mostrar o lado positivo da depreciação do real ante o dólar. No ata, a diretoria diz que essa depreciação começa a traduzir-se em melhores resultados para o setor externo e para as exportações. Essa ponderação é nova e foi incluída no parágrafo 31.

## Locadoras vão repassar 315 mil carros em 2015

10/09/2015 – Fonte: Automotive Business



As locadoras de automóveis vão repassar este ano cerca de 315 mil seminovos e farão parte das estatísticas positivas do segmento de usados, que deve terminar 2015 com alta de 4% em relação ao ano anterior.

No entanto, as empresas de aluguel de veículos vão enfrentar problemas conhecidos do setor: alta depreciação e crédito com juros elevados, além da dificuldade natural de repassar não uma, mas várias unidades de uma só vez. O assunto foi discutido na quinta-feira, 10, durante o 12º Fórum Nacional da indústria de Aluguel de Automóveis.

“Este ano o setor de usados deve movimentar 13,8 milhões de unidades e imaginamos volume semelhante para 2016. Teremos a nosso favor (a partir de março do ano que vem) uma nova forma de registro dos usados (Renave).

A medida trará redução de burocracia e de custo para o comprador e o lojista”, recorda Enílson Sales, conselheiro da Fenauto, entidade que reúne revendedores de usados. Segundo o executivo, sua entidade prepara em conjunto com a Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla) algumas medidas para melhorar o fluxo desses seminovos.

“O anúncio será feito em novembro”, garante Sales. Segundo ele serão adotadas três ou quatro grandes ações para aumentar o giro desses veículos. As lojas independentes ainda são o maior canal de venda das locadoras, já que são poucas as empresas de aluguel de veículos que têm as próprias lojas de repasse de usados.

Durante o painel de debates, a disponibilidade de crédito para as operações com locadoras foi colocada em xeque.

“Pela experiência em anos anteriores, o Itaú vem se preparando com força para atuar no mercado de usados”, diz o superintendente do banco, Vilmar Carneiro. “Nossa preocupação nesse momento são as taxas de juros e o desemprego, que vem reduzindo as vendas.”

“Nossa frota tem 16,5 mil veículos. Encontrar compradores é um grande problema e esta é a tarefa que mais demanda tempo dentro da empresa”, afirma Dirley Ricci, sócio da locadora Auto Ricci. A empresa também tem, desde 2006, a própria revenda de seminovos.

Sócio da MM Rent a Car e conselheiro da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla), Marco Aurélio Nazaré vê a desvalorização dos carros como o maior problema enfrentado em seu setor.

“A venda dos carros é o que mais pesa em nosso orçamento e a depreciação dos veículos se sobrepõe a esse custo.”

## ZF celebra seu primeiro centenário

10/09/2015 – Fonte: Automotive Business



A Zahnradfabrik GmbH, originária da cidade de Friedrichshafen, ou simplesmente ZF, como é mundialmente conhecida, comemorou seu primeiro centenário. Em uma cerimônia de gala realizada em 9 de setembro, data do aniversário, a empresa fez questão de celebrar os 100 anos na cidade onde foi fundada, localizada ao sudeste da Alemanha, em uma cerimônia para 1,5 mil convidados vindos de diversas partes do mundo.

“Em 9 de setembro de 1915, Zahnradfabrik GmbH, com sede em Friedrichshafen, Alemanha, foi inserida no registro comercial do tribunal distrital de Tettngang. O objetivo da empresa recém-fundada era produzir engrenagens e transmissões para aeronaves, automóveis e barcos”, explicou o CEO da ZF, Stefan Sommer.

“Não demorou muito para que a ZF começasse a oferecer sua tecnologia para as fabricantes de automóveis e avançou para se tornar uma das principais empresas de fornecimento do setor.”

Durante a cerimônia, o executivo enfatizou que mesmo após 100 anos de sua fundação, a ZF ainda é impulsionada por seu desejo de criar e aperfeiçoar tecnologias já existentes. “Confiabilidade e inovação representam os valores gerais da nossa empresa e são a base de nossas ações.”

Sommer acrescentou que a indústria deve utilizar de forma cada vez mais inteligente os pilares que sustentam a indústria global: “Combinação inteligente de mecânica, eletrônica e big data é decisiva no desenvolvimento de soluções adequadas para as tendências de mobilidade do século 21”.

Para ele, a tendência de condução autônoma e eletromobilidade vai mudar o uso do automóvel e das tecnologias mais do que quaisquer outros desenvolvimentos anteriores.

No entanto, o executivo apontou que provavelmente deve demorar mais de duas décadas para que a eletromobilidade consiga chegar a um patamar de ‘cota dominante do mercado’, dizendo que o híbrido plug-in é uma importante tecnologia que serve de ponte entre o mundo atual dos motores a combustão para o novo mundo dos veículos essencialmente elétricos.

Por fim, disse que a ZF pretende reforçar ainda mais o processo de transferência de tecnologias de veículos de passageiros para veículos comerciais.

“A ZF está agora muito bem posicionada, como um fornecedor de sistema a fim de ser um parceiro global para as fabricantes de automóveis e de veículos comerciais. Temos a capacidade de ser um balcão único para o fornecimento dos produtos e das tecnologias certas.”

## **BMW comemora 10 milhões de sedãs Série 3 produzidos**

10/09/2015 – Fonte: Automotive Business



A BMW alcançou na quarta-feira, 9, o volume de 10 milhões de unidades do modelo Série 3 Sedan produzidos em todo o mundo. A unidade que completou o marco foi montada na fábrica de Munique, na Alemanha. O Série 3 também é fabricado em outras três unidades do grupo: em Araquari (SC), no Brasil, em Rosslyn, na África do Sul, e em Tiexi, na China.

“A história de sucesso do BMW Série 3 Sedan começou aqui em Munique e é uma grande alegria que também o marco de 10 milhões de unidades tenha sido alcançado aqui. É uma honra para nós e me faz ter um grande orgulho deste time”, comemorou o diretor da fábrica de Munique, Hermann Bohrer.

A planta alemã é responsável pela produção de todas as seis gerações do BMW Série 3 e é exemplo de inovação tecnológica para as demais fábricas que montam o modelo. Desde que foi lançado, em junho de 1975, a BMW produziu mais de 14 milhões de unidades do Série 3 entre os modelos Sedan, Touring e Gran Touring.

Ele foi lançado para substituir o BMW 02 e atualmente está em sua sexta geração. O modelo é o de maior demanda da marca em todo o mundo e no Brasil, responde por 50% das vendas da BMW no País.

## **Venda de implementos recua 40,8% até agosto**

10/09/2015 – Fonte: Automotive Business



A retração das vendas de implementos rodoviários segue em queda livre: entre janeiro e agosto, os licenciamentos ficaram 40,9% abaixo do registrado em igual período de 2014, passando de 103,9 mil para 61,4 mil, de acordo com dados divulgados na quinta-feira, 10, pela Anfir, Associação Nacional dos Fabricantes de implementos Rodoviários.

O segmento de pesados, que inclui reboques e semirreboques, continua apresentando o maior índice de retração: nos oito meses do ano, as vendas diminuíram 46,9%, para pouco mais de 20 mil unidades.

Há um ano, este volume era de 37,7 mil implementos. Segundo a Anfir, das 15 categorias pesquisadas, apenas a de transporte de toras apresentou resultado positivo. No setor de leves, carrocerias sobre chassis, as vendas recuaram 37,5%, para 41,4 mil unidades

contra as 66,2 mil emplacadas entre janeiro e agosto de 2014. Todas as categorias pesquisadas pela entidade neste segmento apresentaram retração.

## **DRIBLANDO A CRISE**

Na tentativa de se esquivar dos efeitos da crise, a Anfir está buscando junto a órgãos públicos mais oportunidades de negócio. No mês passado, a entidade assinou um acordo de cooperação técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que permitirá aos agricultores cadastrados no Mais Alimentos adquirir também implementos rodoviários com incentivos próprios do programa.

Além disso, a entidade está em negociação para incluir seus associados nas missões internacionais da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, a Apex, cujo objetivo é ampliar a capacidade das exportações brasileiras.

## **Chance de reajuste anima mercado e ações de siderúrgicas sobem no mês**

10/09/2015 – Fonte: Portos e Navios

Passada a turbulência no mercado de ações, causada pela China, e com a possibilidade de um reajuste de preços, as ações das siderúrgicas dispararam na BM&FBovespa nos últimos dias. Apesar de representar um alívio ao setor, que já se encontrava muito desvalorizado na bolsa, o movimento pode ter vida curta.

Victor Penna, analista do BB Investimentos, opina que dificilmente o avanço dos papéis observado no mês seja sustentável para as empresas. Isso porque as notícias seguem negativas e a demanda não dá sinais de retomada. Rodolfo de Angele, do J.P. Morgan, diz que o menor pessimismo vem com a chance de aumento dos preços do aço, sustentando muito mais no câmbio.

"Acho que o ponto mais importante para essa alta dos papéis é o possível reajuste. Depois, vemos o lado técnico, de posicionamento de investidores para aumentarem sua exposição ao setor", comentou Angele ao Valor.

O lado técnico viria, em parte, com o fechamento de posições vendidas de investidores, que agora estariam correndo para obter os papéis e cobrirem suas posições. "Não há fundamentos da economia e demanda que sustentam essa alta", observa uma fonte.

Ontem, as ações preferenciais da Gerdau - primeira a anunciar aos clientes um reajuste em aços longos de 15% - tiveram leve recuo de 0,48%, para R\$ 6,24. Mas desde quinta-feira já sobem 5,2%. No mês, o avanço é de 19%. A empresa também reajustou em 7% a 8% seus produtos laminados planos (tiras a quente), pois estava defasada em relação às concorrentes. Assim, equiparou os preços.

Os papéis PNA da Usiminas ganharam 0,8%, para R\$ 3,76 - em setembro, a valorização chega a 26%. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) viu seus ativos subirem 1,64%, para R\$ 4,33 - salto de 24% no mês. Procuradas, não comentaram a intenção, ou não, de reajustar seus preços.

Segundo a fonte, ao nível atual do câmbio, no entanto, é possível pensar em reajuste de 5% para os aços planos - fabricados por Usiminas, CSN, Gerdau e ArcelorMittal. Mas alerta que é preciso disciplina da parte das siderúrgicas, que vêm travando uma briga de foice por clientes. Os prêmios do importado sobre o produto nacional já chegam a ser negativos.



Outro fator positivo do câmbio é que, ao subir e não apontar uma direção firme, o dólar ajuda a conter, mesmo que momentaneamente, a entrada de aço plano do exterior, pois importadores tornam-se mais cautelosos.

Em agosto, conforme dados oficiais, ficou em 95 mil toneladas, 32% menor que as 140 mil toneladas de julho, e cerca da metade sobre agosto de 2014. Com isso, sobrou algum espaço para usinas locais.

Penna, do BB Investimentos, acrescenta que a maior propensão para tomar riscos por parte dos investidores também ajuda. "Há o fator internacional, com o afastamento dos temores com a China, que possibilita impulsionar as bolsas em todo o mundo", afirma.

Mas o cenário ainda é complicado, observa Angele. A demanda por aço, tanto de longos como de planos, não dá sinais de recuperação. E, para ele, as vendas teriam de subir entre dois e três meses, a um ritmo saudável, para que a confiança no setor fosse, de fato, retomada. Enquanto isso, as empresas apertam o cinto da maneira que podem, lembra, cortando custos e tentando vender ativos.

"O terceiro trimestre será chave e vai possibilitar ao mercado ter uma ideia mais clara de se vale a pena investir ou não, ainda mais se o reajuste de preço, de fato, já se refletir", comenta Penna.

"O mais importante para o setor é ver em qual momento vai se recuperar. Não dá para saber ainda se alcançamos mesmo o fundo do poço ou não", diz Angele. "Ainda não sabemos qual o novo volume normal de vendas no mercado interno, acho que não voltamos para os níveis de 2012, mas provavelmente a baixa está exagerada."

Para compensar a depressão do mercado interno, há empresa exportando até 40%. Mas a venda ao exterior tem uma margem bem inferior à obtida no país.

### **Contratos futuros do minério de ferro sobem 5% na china por otimismo com aço**

10/09/2015 – Fonte: EPTV

Os contratos futuros de minério de ferro na China subiram 5 por cento nesta quarta-feira, impulsionados por esperanças de que gastos em infraestrutura ganhem ritmo no restante do ano e impulsionem a demanda por aço.

A demanda por aço na China, maior consumidor do mundo, continua a diminuir neste ano em meio a uma desaceleração da economia, estimulando mais produtores a vender no exterior. O consumo de aço da China caiu no ano passado pela primeira vez desde 1981.

Gastos com infraestrutura em alguns setores, como telecomunicações, estão apenas "30-40 por cento" concluídos, e os governos locais podem acelerar os investimentos ainda este ano, disse o analista Wang Li, do CRU Group em Pequim.

"Há algumas incertezas na economia global, mas o governo chinês tem maior poder e influência sobre a economia, então eu não estou muito baixista", disse Wang.

O contrato de janeiro de minério de ferro, o mais negociado na bolsa de Dalian, subiu até 5 por cento, para 402 iuanes (63 dólares) por tonelada, o limite máximo diário fixado pela bolsa, atingindo seu maior nível desde 3 de julho. Ele fechou a 398 iuanes, com alta de 3,9 por cento.

Nesta quarta-feira, o minério de ferro para entrega imediata no porto chinês de Tianjin subiu 0,50 dólar, para 56,90 dólares a tonelada.

## **Vedanta retoma produção de minério de ferro em Goa, na Índia**

10/09/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

O Vedanta Group retomou a produção de minério de ferro em uma mina no estado de Goa, na Índia - a primeira operação nessa região a ser reiniciada desde uma proibição em 2012 destinada a impedir operações ilegais.

Outra mina da companhia em Goa provavelmente voltará a produzir dentro de uma semana. As informações são de uma fonte ouvida pelo Wall Street Journal.

A capacidade combinada das duas minas é de cerca de 3,5 milhões de toneladas. O estado indiano de Goa costumava responder por quase metade das exportações de minério de ferro do país até três anos atrás, quando movimentos do governo para evitar a mineração ilegal prejudicaram a produção.

Na época, a Índia era o terceiro maior exportador da commodity no mundo, atrás apenas da Austrália e do Brasil.

No ano passado a Suprema Corte da Índia suspendeu a proibição e permitiu que a produção fosse retomada no estado, sob o limite máximo de 20 milhões de toneladas anualmente. A Vedanta iniciou negociações para vender o minério que extrai. "Nós começamos a conversar com chineses e com compradores domésticos", disse a fonte.

## **Parisotto poderá assumir conselho da Usiminas**

10/09/2015 – Fonte: Isto é Dinheiro

Por decisão da Justiça de Minas Gerais, o empresário Lirio Parisotto, acionista minoritário da Usiminas, poderá assumir o posto de conselheiro na siderúrgica mineira passados cinco meses de sua eleição.

Parisotto foi eleito em assembleia no início de abril, mas não pôde assumir por causa de uma decisão judicial dada em ação ajuizada pela Ternium, acionista que, ao lado da japonesa Nippon Steel, controla a Usiminas, e que questionou o resultado do pleito.

O presidente da Associação dos Acionistas do Mercado de Capitais (Amec), Mauro Cunha, que também havia sido impedido de assumir, poderá tomar o cargo como conselheiro suplente na companhia.

A juíza Patrícia Santos Firmo da 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte concluiu pela inexistência de irregularidade na eleição dos conselheiros e decidiu improcedente a medida cautelar proposta pela Ternium.

Na Justiça, Parisotto alegou que sua eleição ao conselho foi legítima. Já a Ternium, por sua vez, justificou que o "acionista controlador votou contra qualquer candidato indicado por qualquer acionista não controlador", o que teria tornado a eleição de Parisotto ilegítima. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também entendeu que a eleição foi regular.

Além de Parisotto, também tentava a vaga o ex-presidente da TAM, Marco Antonio Bologna, nome indicado pelo BTG Pactual, que é minoritário da companhia. Parisotto, por sua vez, foi indicado pela L.Par, fundo que reúne recursos do próprio empresário. Procurados, Parisotto e a Ternium não comentaram.

## **MRS E MMX chegam a acordo e encerram disputa de R\$ 1 bilhão**

10/09/2015 – Fonte: Portos e Navios

A MRS Logística, concessionária da antiga malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal, chegou a acordo com a mineradora MMX, do empresário Eike Batista, em um tribunal arbitral constituído para resolver um litígio bilionário entre as duas companhias.

A MRS tenta cobrar da MMX uma dívida que já foi estimada em até R\$ 1 bilhão por descumprimento, por parte da mineradora, de um contrato firme de transporte de minério de ferro ("take or pay") firmado entre duas as partes em 2011.

O Valor apurado que o montante a ser recebido pela MRS da MMX será bem inferior ao R\$ 1 bilhão. Pode ficar em cerca de R\$ 200 milhões, dinheiro que vai ser pago de forma parcelada dentro do processo de recuperação judicial da MMX Sudeste, subsidiária da MMX S.A., empresa listada na BM&F Bovespa.

O acordo ainda vai precisar ser homologado pelo tribunal arbitral constituído na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio. MRS e MMX não comentam o assunto uma vez que a arbitragem é protegida por sigilo. Foi o acordo possível para encerrar o litígio, disse uma fonte.

Há alguns meses a MRS fez um primeiro pedido de reserva na discussão com a MMX reivindicando mais de R\$ 500 milhões. Esse valor se relaciona à aplicação do contrato de transporte de anos passados.

O contrato entre as duas empresas foi assinado em 2011 e teria validade até 2026, ano em que se encerra a concessão da MRS. Nessa conta, a concessionária ferroviária também considerou investimentos que fez para atender a MMX. A concessionária fez duplicação de via, comprou vagões e locomotivas e ampliou pátios com o objetivo de suprir a MMX e outros clientes.

Pelo acordo firmado em 28 de dezembro de 2011 entre MMX Sudeste e MRS, a prestação de serviço ferroviário fixava o transporte de 36 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. O material saíria das minas da MMX na Serra Azul (MG) e seria transportado, via malha da MRS Logística, até o Porto Sudeste, em Itaguaí (RJ).

O contrato fixou tarifa de R\$ 26,46 por tonelada úmida (valor hoje corrigido). E estabeleceu que a tonelage anual contratada estaria sujeita à cláusula de "take or pay" com base em 80% do volume, conforme fato relevante da MMX à época. A empresa previa que o volume de 36 milhões de toneladas seria alcançado em 2016.

Com as dificuldades no grupo EBX, antiga holding de Eike, a MMX enfrentou problemas, agravados pela queda no preço do minério de ferro. E nesse contexto não cumpriu os volumes que estavam previstos no contrato com a MRS, que decidiu fazer valer seus direitos.

No passado, a MRS já havia constituído arbitragem para fazer valer um outro contrato de transporte acertado com a Usiminas, que é, além de cliente, acionista da MRS. Os outros sócios da concessionária ferroviária são Vale, CSN e Gerdau.

Em situação delicada, a MMX abandonou o projeto de expansão que previa aumentar a produção de minério de ferro para 29 milhões de toneladas por ano. Depois, suspendeu a operação nas minas de Tico-Tico e Ipê, na Serra Azul (MG), as quais produziam cerca de 6 milhões de toneladas anuais. Em outubro de 2014, pediu recuperação judicial.

O pagamento à MRS, depois que houver a homologação do acordo na arbitragem, vai ser parcelado nos termos acertados com os demais credores da MMX Sudeste e nas condições do plano de recuperação judicial da companhia.

No fim de agosto, a MMX Sudeste teve aprovado o plano de recuperação judicial em assembleia de credores. O prazo para recebimento dos créditos, pela MRS, vai depender do sucesso do plano da MMX Sudeste, que contou com o voto favorável da concessionária.

O Valor apurou que a MRS tinha créditos de cerca de R\$ 50 milhões contra a MMX Sudeste no processo de recuperação judicial da companhia de Eike. Com o acordo entre as partes na arbitragem, a MRS conseguiu integralizar mais R\$ 170 milhões.

Os créditos totais a favor da concessionária ferroviária no processo de recuperação judicial da mineradora de Eike totalizam, portanto, cerca de R\$ 220 milhões. O juízo onde tramita o processo judicial da MMX, em Belo Horizonte, e o administrador judicial da MMX foram comunicados do acordo na arbitragem.

O tempo para a MRS receber o dinheiro vai depender do resultado do leilão de venda de 2,5 mil hectares pertencentes à MMX. O preço mínimo fixado para essas fazendas no plano de recuperação é de R\$ 45 milhões.

O pagamento pela terra poderá ser parcelado em até 40 meses. No acerto com a MRS, também será preciso considerar o tempo que a trading Trafigura levará para pagar royalties de até R\$ 70 milhões aos credores da MMX Sudeste. A Trafigura fez proposta para comprar os ativos minerais da MMX Sudeste em Minas.

## **Queda da indústria é generalizada no país, avalia IBGE**

10/09/2015 – Fonte: Portos e Navios

O recuo na produção industrial é generalizado no País, afirmou nesta quarta-feira, 9, Rodrigo Lobo, técnico da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Só em julho, a queda ocorreu em oito dos 14 locais investigados na passagem de junho para julho. E 11 dos 15 locais investigados pelo instituto tiveram recuo na produção em julho ante julho de 2014.

No Paraná, a queda de 6,3% na comparação de julho com o mês anterior foi a mais intensa desde junho do ano passado e ultrapassa o ganho dos três meses anteriores (alta de 2,1%).

"Houve menor produção de derivados de cana-de-açúcar, como açúcar e álcool. Foram as duas atividades que mais impactaram negativamente o resultado", detalhou Lobo.

No Ceará, houve queda de 5,2% em julho ante junho, por conta do baixo dinamismo na produção de asfalto e da atividade de vestuário e acessórios. "Houve férias coletivas em uma importante unidade produtiva (de vestuário), isso fez com que a região tivesse queda significativa", explicou o técnico.

Em Santa Catarina, a queda de 2,4% no mesmo período foi puxada pelo setor de metalurgia. "O que vemos hoje em dia na produção industrial brasileira e regional é uma queda bastante generalizada", disse Lobo.

Mesmo entre os locais que tiveram crescimento em julho ante junho, é difícil dizer se a tendência persistirá, reconheceu o técnico do IBGE. No Rio Grande do Sul (6,8%) e na

Bahia (5,2%), os aumentos foram determinados pela produção de veículos (principalmente automóveis), que mostrou retomada após um mês de junho muito ruim.

"Tanto no Rio Grande do Sul quanto na Bahia, chama atenção o crescimento puxado pela produção de automóveis, que retoma níveis 2014 e 2013. Agora, se vai ser movimento consistente, não tem como dizer. Em níveis gerais, os estoques permanecem altos. Não dá para entender ainda a origem da produção", ponderou Lobo.

No Rio Grande do Sul, para se ter uma ideia, o avanço foi o maior desde novembro de 2010 (10,4%). Além da retomada da produção de automóveis após férias coletivas, houve a reinauguração de uma planta de celulose, o que ajudou a melhorar o resultado, segundo o IBGE. Por outro lado, os bens de capital voltados para o setor agrícola continuam puxado a produção estadual para baixo.

### **Chefe de caminhões da Daimler espera crise prolongada no Brasil**

10/09/2015 – Fonte: Reuters

A fabricante de caminhões alemã Daimler está se preparando para uma crise prolongada no Brasil, conforme a queda na atividade econômica do país e investigações de corrupção pesam sobre os negócios.

"Não espero uma recuperação significativa nos próximos anos", disse a jornalistas o chefe de caminhões da Daimler, Wolfgang Bernhard, em pronunciamento no fim da quinta-feira. "Os escândalos estão paralisando tudo", acrescentou, notando que pode levar até três anos para que o mercado de caminhões brasileiro se recupere.

A investigação envolvendo a Petrobras, órgãos públicos, empreiteiras, políticos e partidos tem pesado sobre a indústria brasileira de construção e tirado alguns projetos petrolíferos dos trilhos.

A Daimler, com sede em Stuttgart, disse no mês passado que havia acertado um acordo trabalhista com funcionários de sua fábrica em São Bernardo do Campo (SP) para adiar o corte de 1.500 vagas até agosto de 2016.

### **Fiesp e Firjan culpam governo pelo rebaixamento do Brasil em agência de risco**

10/09/2015 – Fonte: Agência Brasil

Em nota conjunta sobre a perda do grau de investimento do Brasil na classificação de risco da agência Standard & Poor's, os presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), respectivamente Paulo Skaf e Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, disseram estar perplexos "com a inação do governo diante da deterioração crescente do quadro econômico do país".

Para eles, a perda do grau de investimento "é o desfecho de uma série de hesitações, equívocos e incapacidade de lidar com os desafios de uma conjuntura econômica cujo esfacelamento é resultado de incontáveis erros cometidos ao longo dos últimos anos".

Na nota, os presidentes das duas federações pedem que o governo implemente um "rigoroso ajuste fiscal no país", baseado em cortes de despesas, e repudiam "com ênfase" novos aumentos de impostos: "Esta é a receita fácil de sempre, mas a sociedade não aguenta mais pagar a conta da incompetência do Estado".

“Só reformas estruturais de longo prazo recolocarão o Brasil no rumo do crescimento econômico e geração de emprego. O setor produtivo precisa de menos tributos para voltar a dar conta de girar a roda da economia”, afirmam os presidentes na nota conjunta, ressaltando que, até o final do ano o país corre o risco de ter 1,5 milhão de postos de trabalho perdidos caso nada seja feito. “O Brasil não pode mais esperar”, dizem eles no final do texto.

Para o presidente em exercício da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Fapesp) Roberto Mateus Ordine, a retirada do grau de investimento do país pela agência Standard and Poor's vai exigir que o governo corte gastos.

“Não faltaram avisos, das agências de risco e do mercado, de que haveria esse rebaixamento. Agora, resta ao governo brasileiro cortar gastos, se conscientizar de que parte do esforço precisa vir dele próprio, e rapidamente, antes que as outras agências também rebaixem o Brasil, o que geraria disparada do dólar e levaria a inflação aos dois dígitos - e isso justamente agora, que a inflação começa a se estabilizar”, disse Ordine, por meio de nota.

Segundo ele, o governo precisa fazer os cortes de gastos, e de forma rápida, para não agravar a recessão e o desemprego no país. “O setor privado não pode arcar com novos aumentos tributários sob pena de agravar mais a recessão e o desemprego. O governo precisa fazer a parte dele no ajuste, conforme prometido; precisa cortar e postergar gastos para obter superávit. Rejeitamos qualquer proposta de aumento porque isso já foi feito”.

Para o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de São Paulo (SindusCon-SP), José Romeu Ferraz Neto, o rebaixamento da nota do país é “um cenário terrível para o setor”, que representa 50% do investimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e “precisa intensamente de crédito para produzir”.

Para ele, o setor vai ser afetado por uma menor entrada de capital. “A recessão pode ser mais dura e prolongada e a recuperação será mais lenta e a construção não reage no curto prazo”. Em agosto, o sindicato revisou sua projeção do PIB da construção para o ano de uma retração de 5,5% para uma queda de 7%.

## **Mercado formal de trabalho para pessoas com deficiência cresceu 6,5% em 2014**

10/09/2015 – Fonte: Agência Brasil

Em 2014, foram criados 23,5 mil empregos formais para pessoas com deficiência, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Com o resultado, o número de vagas ocupadas por alguém com algum tipo de deficiência chegou a 381,3 mil, correspondendo a 0,77% do total de postos do país.

Em relação a 2013, houve um aumento de 6,5% no total de pessoas com deficiência com algum vínculo empregatício, segundo o ministério. Os homens ocuparam 64,45% das vagas e mulheres, 35,55%.

Em 2014, o rendimento médio das pessoas com deficiência atingiu R\$ 2.304,26, menor que a média dos rendimentos do total de vínculos formais, que alcançou R\$ 2.449,1.

Ontem (9), durante o lançamento dos dados, o ministro do Trabalho, Manoel Dias, disse que a participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho cresceu nos últimos anos, mas ainda é pequena. Segundo Dias, o governo tem realizado ações para ampliá-la.

## **Artigo: O caos gerado com as retenções mensais de encargos trabalhistas das empresas prestadoras de serviços**

10/09/2015 – Fonte: Granadeiro advogados

Publicada no Diário Oficial do dia 08 de Setembro de 2015, a Resolução do INSS nº 495, estabelece que todos os valores relativos aos encargos trabalhistas, tais como décimo terceiro salário, férias e 1/3, multa sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e contribuição social para as rescisões sem justa causa e encargos sobre férias e 1/3 e décimo terceiro salário, devidos mensalmente às empresas contratadas para prestação de serviços, continuados ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito do INSS, deverão ser depositadas exclusivamente em conta-depósito vinculada mantida em instituição bancária.

Certamente em breve todos os Órgãos Públicos deverão estabelecer as mesmas regras para as prestadoras de serviços.

Reflexo das inúmeras condenações trabalhistas onde esses Órgãos figuram como subsidiários, sendo responsabilizados pela quitação dos valores devidos a vários reclamantes de empresas prestadoras de serviços que se “evaporam” do mercado deixando para trás passivos trabalhistas imensos.

É de conhecimento geral que a grande maioria das empresas prestadoras de serviços ao participarem de licitações provisionam índices baixíssimos de taxa de administração e de lucros, a fim de lograrem êxito no processo licitatório.

Utilizam-se então de parte desses valores provisionados a título de “encargos trabalhistas”, para promoverem seu “fluxo de caixa”, cobrindo despesas administrativas, operacionais, de condenações trabalhistas, etc.

Com a adoção destas novas normas de retenção pelos Órgãos Públicos, algumas empresas prestadoras de serviços ingressarão em uma situação de imensa dificuldade, pois não mais terão recursos financeiros para manutenção de suas atividades.

Muitas dessas empresas além de prestarem serviços aos Órgãos Públicos, também atendem empresas da iniciativa privada.

Sendo assim, importante que os gestores de contratos estejam atentos para o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas dessas empresas terceirizadas, aferindo sua “saúde financeira”, além da exigência mensal de todos os encargos trabalhistas devidamente quitados, a fim de evitarem futuros problemas trabalhistas.

A tendência é que em breve as empresas da iniciativa privada também adotem as regras de retenção desses encargos trabalhistas, a fim de evitarem futuros transtornos.

*(\*) Clóvis Alberto Leal Soika, é Consultor e Advogado Trabalhista.*

## **Cobre recua em Londres e Nova York com realização de lucros**

10/09/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os futuros de cobre operam em baixa em Londres e Nova York, com os investidores aproveitando para realizar lucros após os ganhos da sessão anterior. Por volta das 8h40 (de Brasília), o cobre para três meses negociado na London Metal Exchange (LME) caía 1,1%, a US\$ 5.338,50 por tonelada. Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre para dezembro tinha queda de 0,76%, a US\$ 2,4285 por libra-peso, às 9h08 (de Brasília).

"Estamos começando a ver uma virada...e há alguma realização de lucros", comentou David Wilson, diretor de pesquisa com metais do Citigroup.

Com as preocupações sobre a China - o maior consumidor mundial de cobre - perdendo força nos últimos dias, o foco dos investidores se volta para a reunião do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), que na próxima semana decide se começa ou não a elevar os juros básicos dos EUA das mínimas em que se encontram desde o fim de 2008. Um eventual aumento de juros tenderia a impulsionar o dólar, que teria efeito negativo sobre os metais básicos, cotados na moeda dos EUA.

"Todos os mercados provavelmente ficarão cada vez mais nervosos antes da decisão do Fed", disse William Adams, chefe de pesquisa da Fastmarkets. O Fed decide sobre juros no dia 17.

Outros metais na LME operavam sem direção única: enquanto o alumínio para três meses tinha leve alta de 0,1%, a US\$ 1.638,50 por tonelada, o zinco recuava 0,4%, a US\$ 1.807,50 por tonelada, o níquel caía 1,9%, a US\$ 10.255,00 por tonelada, o chumbo registrava baixa de 0,4%, a US\$ 1.722,50 por tonelada, e o pouco negociado estanho avançava 0,4%, a US\$ 15.435,00 por tonelada.

## Micro e pequena empresa são motor do emprego latino-americano, diz OIT

10/09/2015 – Fonte: G1



As micro e pequenas empresas são o motor da criação de empregos na América Latina e no Caribe, informou a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que detectou dificuldades para formalizar e financiar estes empreendimentos.

"As 10 milhões de micro e pequenas empresas que existem na América Latina e no Caribe têm importância crítica para o futuro da região pois geram a maior parte do emprego", segundo um relatório da OIT divulgado em Lima na terça-feira (8).

As MPE, como a OIT as denomina, geram 47% dos empregos da região e, se somados os trabalhadores autônomos, esse percentual chega a 75% do total. As médias e grandes não chegam a 20%.

O relatório detecta, dentro da estrutura produtiva, 76 milhões de trabalhadores liberais.

### Ajuda frente à crise

Segundo o diretor da OIT para América Latina e Caribe, José Manuel Salazar, as MPE, nas últimas décadas, permitiram reduzir a desigualdade e a pobreza e têm caminhado na direção correta. Entretanto, em um contexto de desaceleração econômica global, que já está golpeando as economias emergentes da região, é necessário redobrar esforços para proteger esse setor, diz ele.



"É mais importante do que nunca políticas para fortalecer essas empresas. De onde virão o crescimento e os novos empregos? Muitos terão que vir desse segmento. Temos que conseguir não apenas que elas se mantenham, mas também que cresçam", argumentou.

"Aqui é onde estão parte dos motores do crescimento. Não só do investimento estrangeiro. O que falta é diversificação econômica, e grande parte dessa diversificação está nas MPE" (disse o diretor da OIT para América Latina e Caribe, José Manuel Salazar)

"Aqui é onde estão parte dos motores do crescimento. Não só do investimento estrangeiro. O que falta é diversificação econômica, e grande parte dessa diversificação, a energia empresarial da América Latina, está nas MPE", acrescentou.

### **Obstáculos**

Apesar de gerar emprego, o relatório aponta que entre as MPEs da América Latina predominam unidades de baixa produtividade, que concentram uma proporção elevada do emprego (80%), o que significa uma enorme brecha frente a empresas médias.

Também é evidente a informalidade do trabalho: do total de ocupados na região, a taxa média de informalidade é de 46,8%. No caso das empresas de 1 a 10 trabalhadores, a taxa de informalidade do emprego é de 58,6%.

As brechas também se manifestam na proteção social. Apenas 13% dos trabalhadores por conta própria têm seguro de saúde, cifra que sobe para 32% na microempresa.

"Os principais obstáculos são o acesso ao financiamento, a concorrência do setor informal, sistema tributário (complexo), força de trabalho com educação inadequada e robôs", explicou ele.

O relatório recomenda a criação de um ambiente mais propício para as empresas sustentáveis, que engrosse o segmento de empresas médias, gerando "uma mudança estrutural que América Latina e Caribe precisam para elevar sua produtividade, criar mais e melhores empregos e reduzir a desigualdade".

De acordo com a OIT, é necessário "remover regulamentações muito complexas, aumentar o acesso o financiamento, apoiar sua formalização, além de estabelecer conglomerados, redes, conexões a plataformas tecnológicas e promover as cadeias de valor e desenvolvimento econômico local", acrescentou o relatório.

### **Custos industriais tiveram elevação de 3,2% no 2º trimestre, diz CNI**

10/09/2015 – Fonte: Diário do Comércio

O indicador de custos industriais aumentou 3,2% no segundo trimestre deste ano na comparação com os primeiros três meses do ano, na série livre de influências sazonais. A pesquisa foi divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que destaca que a alta é superior ao aumento dos preços dos produtos industriais, o que reduziu o lucro das empresas.

Esse aumento dos custos industriais foi influenciado pela elevação de 4% nos custos de produção no mesmo período.

De acordo com a pesquisa, os componentes dos custos de produção que mais aumentaram no trimestre foram a energia, que teve alta de 12,4%, e os insumos importados, com elevação de 9,1%, causada pela valorização do dólar frente ao real. "O custo com bens intermediários nacionais registrou aumento de 3,2%, o maior desde o terceiro trimestre de 2013", destaca a CNI.

**Pessoal** - Além disso, os custos com pessoal subiram 2,2%; o custo tributário teve aumento de 0,4% e com capital de giro a alta foi de 2,6% no mesmo período de comparação.

Se comparados com o segundo trimestre do ano passado, os custos industriais registraram crescimento de 7%. No mesmo período, a alta dos custos de produção foi de 9,3%.

**Importação** - De acordo com a pesquisa, o custo com bens intermediários importados, que teve aumento de 32,3%, especialmente por causa da valorização do dólar frente ao real, foi o componente que mais influenciou o aumento do custo de produção.

Além disso, o custo com energia subiu 49,4% na mesma base de comparação. Esse aumento, segundo a pesquisa, foi resultado da expansão de 58,% no custo com energia elétrica e de 2,6% no custo com óleo combustível.

Com relação ao custo com pessoal, a entidade ressalta que, apesar das demissões que ocorreram como consequência da crise econômica, o componente continuou crescendo: 8,8% em relação ao segundo trimestre do ano passado.

A CNI destaca que a valorização do dólar melhorou a competitividade dos produtos brasileiros.

No mercado interno, os preços dos produtos manufaturados importados na moeda nacional aumentaram 7,8% no segundo trimestre deste ano, mais do que a elevação de 3,2% nos custos da produção nacional.

### **Carga caiu 3,4% em agosto ante o mesmo mês de 2014**

10/09/2015 – Fonte: Diário do Comércio

A carga de energia que circulou pelo Sistema Interligado Nacional (SIN) em agosto alcançou 61.041 MW médios, o que representa uma queda de 3,4% em relação ao mesmo período do ano passado.

Com mais uma retração mensal, o resultado no acumulado de 12 meses já indica variação negativa de 0,1%, de acordo com dados divulgados ontem pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) elétrico. A carga é calculada a partir da soma de toda a energia movimentada no sistema elétrico, e difere do volume de energia consumida em função das perdas existentes na rede.

Os dados divulgados pelo ONS apontam que, em agosto, os números mais adversos foram registrados nos submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul. A carga encolheu 4,8% e 5,1% nas duas regiões, respectivamente. Nas regiões Nordeste e Norte, por outro lado, a carga cresceu 1% e 2,5%, pela ordem.

No acumulado de 12 meses encerrados em agosto, a região Sudeste/Centro-Oeste justifica a queda do indicador em nível nacional. Responsável por quase 60% da carga do País, o submercado acumula queda de 1,5%. A região Norte, a menos expressiva em termos de carga, também encolhe: 1%.

Já os mercados das regiões Sul e Nordeste continuam com indicadores positivos. No Sul, a carga no sistema durante setembro de 2014 e agosto de 2015 apresentou elevação de 1,5% sobre o período anterior equivalente. No Nordeste, a alta é de 4,2%.

De acordo com o ONS, os números negativos das regiões Sudeste/Centro-Oeste e Sul, na

comparação entre meses de agosto, é explicada pelo "baixo desempenho da indústria, diante dos estoques excessivos e da demanda interna fraca". Além disso, a redução no nível de atividade do setor de comércio e serviços e o aumento das tarifas também pressionaram negativamente o consumo de energia.

## A macroeconomia no Brasil de hoje

10/09/2015 – Fonte: Diário do Comércio

Hoje, mais uma vez, o Brasil passa por um momento de crise. A economia está freada e a esperança enfraquecida. Nossos recursos reais (pessoas, equipamentos, fábricas, terras férteis, minerais, etc.) estão ociosos ou subutilizados.

Ao mesmo tempo, lidamos com uma infraestrutura precária (saturação de hospitais, portos, aeroportos, estradas, ferrovias, etc) que contribui para o aumento do custo Brasil e, conseqüentemente, dificulta o desenvolvimento do País.

Tendemos a colocar a culpa da crise, e a responsabilidade de solução, nas mãos do governo e dos economistas. Mas a realidade é que temos de buscar juntos (povo e governo) uma estratégia para reduzir o custo Brasil, aumentar a eficiência da indústria nacional e otimizar o PIB brasileiro.

A economia não é uma ciência neutra e nem puramente lógica. Muito menos é ciência exata, com leis aplicáveis universalmente em qualquer país, tempo e circunstância. A macroeconomia está muito ligada à natureza humana e, assim, envolve interesses, instintos e competições.

A Teoria Econômica Clássica, muito baseada em Adam Smith, dizia que, se cada pessoa e cada empresa cuidasse bem e exclusivamente dos próprios interesses, uma "mão invisível" cuidaria de coordenar essas ações em benefício da sociedade como um todo.

Mas os fatos mostram que essa "mão invisível" não aceitou a tarefa que lhe foi delegada. Ao seguir os princípios do *laissez-faire*, os seres humanos tendem a ser guiados por seus instintos, tanto individuais quanto de grupo, abusamos do poder, ignoramos princípios da justiça e o equilíbrio não é alcançado.

A "mão invisível" não é tão eficaz quanto Adam Smith pensou. Ainda assim, o capitalismo tem se mostrado a metodologia mais eficaz em termos de geração de riqueza, eficiência das empresas e prosperidade econômica.

O grande desafio, então, é buscarmos soluções para a evolução do capitalismo, para que haja maior eficácia econômica e mais produtividade global e sistêmica (inclusive dos órgãos governamentais e da legislação).

O caminho para o desenvolvimento sustentável é a união de esforços para a criação de uma sociedade mais orgânica, sinérgica e colaborativa, que busque o crescimento do mercado interno e boas parcerias internacionais, num jogo de ganha-ganha mais inteligente.

Sob influência dos nossos instintos e de nossa mentalidade, tendemos a achar que a soma de todos os bens e recursos é algo estático. Acreditamos que, para melhorarmos nossas condições, é necessário disputar, competir e tirar bens e recursos de outros. E, de fato, tem sido assim ao longo da história.

No entanto, os principais recursos reais não são estáticos, mas dinâmicos e podem desenvolver e evoluir. Os principais recursos somos nós mesmos, seres humanos, com

nossa capacidade de inovar, desenvolver novas tecnologias e novas percepções. Hoje compreendemos, cada vez com maior clareza, que, com menos atritos, mais diálogo e melhor gestão, a economia pode crescer e muito!

A tese de Adam Smith pode ser mais agradável a quem já alcançou patamares mais elevados de bem-estar e poder, afinal o *laissez-faire* tende a fazer com que a riqueza se concentre ainda mais. Ao mesmo tempo, a caridade, por si só, também não é eficaz como propulsora do desenvolvimento e evolução.

A história mostra que a evolução cultural e econômica é um fato. E podemos contribuir para essa evolução. Em uma negociação o mais forte tende a pegar o máximo para si. Mas, com uma percepção mais esclarecida, podemos ver que contribuir para que o outro também ganhe, pode levar a um sistema mais colaborativo e inteligente, com melhor produtividade global.

No final da década de 20, a grande recessão americana, que se propagou pelo mundo pelo início da década seguinte, foi um fenômeno novo e não explicável pela Teoria Clássica.

Ao final de uma década de grande prosperidade econômica, as bolsas de valores americanas estavam com suas ações supervalorizadas devido ao crescimento da economia e também à especulação com essas ações.

A economia ficou quase paralisada. As pessoas adiavam suas compras, achando que o dinheiro é que estava valorizando. O excesso de poupança não resultou em novos investimentos, porque a indústria não estava vendendo sua produção. Com os estoques altos e baixa demanda, as fábricas ficaram ociosas e dispensaram grande parte de seus trabalhadores.

Portanto, mesmo havendo poupança, não estavam ocorrendo novos investimentos. A queda da bolsa de Nova York, em outubro de 1929, pontuou esta crise sem precedentes. Ao provar que poupança não era necessariamente igual a investimento, a crise de 1929 quebrou um dos principais dogmas da Teoria Clássica.

Foi então que Keynes afirmou que a Teoria Clássica era válida somente quando havia pleno emprego dos recursos reais. Keynes propôs, então, que se fizessem maciças emissões de papel-moeda e que este dinheiro fosse injetado na economia para a realização de grandes projetos de infraestrutura.

Ao seguir tal proposta, o presidente Roosevelt salvou a economia americana. O projeto de recuperação do Vale do Tennessee, por exemplo, foi criado com o objetivo de minimizar problemas de navegação e enchentes, construir hidrelétricas e incentivar o desenvolvimento da agricultura e da indústria.

Estes grandes investimentos quebraram o ciclo vicioso da recessão e impulsionaram a economia americana.

Da mesma forma, a Europa de pós-guerra teve sua economia reativada através do Plano Marshall, um programa americano que visava a reconstrução e recuperação dos países europeus.

O empréstimo de 13 bilhões de dólares (que equivaleriam aproximadamente a 130 bilhões de dólares em moeda atual) concedido pelos Estados Unidos a diversos países foi financiado com emissões de moeda não lastreadas (nem baseadas em poupança prévia). A recuperação do Japão também se baseou na mesma estratégia.

No Brasil, o governo Juscelino Kubitschek fez uma gestão altamente favorável ao desenvolvimento econômico, com crescimento do PIB *per capita* de 5% ao ano. Para realizar seu Plano de Metas, o governo JK fez emissões monetárias não baseadas em poupança prévia ou impostos.

O Plano de Metas provocou alguma inflação porque, embora houvesse desemprego de mão de obra não qualificada, havia pleno emprego da mão de obra qualificada. Apesar da inflação, o resultado final das medidas tomadas por JK foi amplamente favorável ao País.

Na crise de 2007/2008, os Estados Unidos também se valeram desse recurso. Aliás, sempre que necessário, esse grande país, com seu inteligente pragmatismo, tem se utilizado largamente do método keynesiano de emissões, creditícias ou monetárias, em detrimento do equilíbrio fiscal orçamentário.

E a história nos ensina que esta visão tem sido bem-sucedida ao longo dos anos. A contabilidade é uma ciência muito importante, que é extremamente útil e necessária como ferramenta de gestão. No entanto, não deve, e não pode ser, mandatária do processo decisório de condução da macroeconomia de um país.

Quando existe ociosidade de recursos reais ao lado de importantes coisas a serem realizadas, torna-se evidente que não podemos ficar engessados em mecanismos contábeis que perpetuam tal paradoxo.

Sim, o dinheiro é indispensável para facilitar as trocas e mobilizar recursos. Mas fazemos as coisas é com esses recursos reais. Estes é que precisam de ser mobilizados e mesmo otimizados. Para enfatizar essa verdade, imaginemos que houvesse uma decisão de se colonizar o planeta Marte.

Não adiantaria absolutamente nada se enviássemos para lá centenas ou milhares de espaçonaves cheias de dólares ou de euros. Para iniciarmos a colonização precisaríamos apenas de recursos reais (pessoas, tecnologias, equipamentos, etc). Somente em um segundo momento teria sentido introduzirmos o uso de moeda e créditos para facilitar e estimular as trocas.

Da mesma forma, aqui na Terra e, no nosso caso específico, aqui no Brasil, o foco da economia deve ser na melhor utilização dos recursos reais e otimização da produtividade global.

Temos conhecimentos e recursos reais para reativar a economia. A disciplina orçamentária é importante para podermos realizar mais coisas, sem desperdícios. Mas diante do pior dos desperdícios, que é o desemprego e ociosidade de outros recursos reais como fábricas e equipamentos, o governo pode e deve fazer emissões para reativar áreas estratégicas e com poder multiplicador na economia.

A história, que costuma ser boa mestra, nos ensina que, em momentos de crise, a emissão de moeda para aplicação em áreas estratégicas é absolutamente necessária. Tais emissões devem ocorrer mesmo que não haja poupança prévia disponível.

Ao mesmo tempo, a solução de nossos problemas não está somente nas mãos do governo. Podemos ter um país mais rico e com melhor distribuição de renda. Tudo depende de percebermos que o jogo de ganha-ganha é mais inteligente que o jogo de ganha-perde e de evoluirmos da nossa atual mentalidade competitiva para uma mentalidade de colaboração.

(Mauricio Roscoe- empresário do setor da Construção Civil).

## **Captação de recursos por empresas brasileiras no exterior deve cair**

10/09/2015 – Fonte: Diário do Comércio

O ano de 2015 deverá registrar o menor volume de captações de recursos de empresas brasileiras no exterior, via emissão de dívida, desde 2008, quando o Brasil ganhou o selo de bom pagador da Standard & Poor's.

Até agosto, só oito empresas foram ao mercado externo e tomaram US\$ 8 bilhões, e esse volume pode ficar entre US\$ 10 bilhões e US\$ 15 bilhões até dezembro, segundo especialistas, no cenário mais otimista.

Em 2008, as captações atingiram US\$ 8,4 bilhões e, no ano passado, somaram US\$ 45,4 bilhões. Os analistas avaliam que, com a perda do grau de investimento, as companhias terão de pagar juros mais altos para atrair investidores e, mesmo assim, vão encontrar demanda mais fraca.

O volume de emissões de companhias brasileiras no exterior está muito baixo este ano porque várias empresas haviam antecipado captações em 2014, visando a compromissos financeiros deste ano e de 2016, observa a superintendente-executiva de mercado de capitais do banco Santander, Cristina Schulman. Ela afirma que o mercado já vinha embutindo em suas operações a perda do grau de investimento nas novas emissões de dívida.

“Parte do rebaixamento já vinha sendo precificada pelo mercado. Mas é preciso lembrar que o volume de captações de empresas nacionais, este ano, é muito baixo lá fora, e o downgrade não é uma mudança de paradigma. As companhias já previam um cenário mais difícil da economia este ano e anteciparam suas captações.”

O consultor Luiz Marcatti, da Mesa Corporate, lembra que rolar as dívidas corporativas no exterior vai ficar mais caro e que a empresa terá de ter uma “história bem construída”, além de oferecer garantias mais robustas aos investidores.

Marcatti afirma também que, com a valorização de quase 50% do dólar frente ao real este ano, as companhias que têm receita em reais e compromissos em moeda estrangeira enfrentarão condições mais duras, já que a economia brasileira está em recessão. “Aqueles que fizeram dívida em dólares, mas têm dependência do mercado doméstico, com receita em reais, podem ter problemas.”

Com o dólar valorizado, o custo de fazer hedge (proteção de dívida em moeda estrangeira) e emitir dívida no exterior fica mais elevado, o que desestimula as companhias a recorrerem ao mercado externo, observa Helcio Takeda, diretor de pesquisas econômicas da Pezco Microanalysis.

Ele diz, no entanto, que o mercado não se fechará totalmente às empresas brasileiras, já que o país não está em uma situação de calote. “Mas a tendência de alta do dólar eleva o risco cambial, o que deve tirar o apetite de muitas empresas por novas emissões no exterior”, ressalta Takeda.

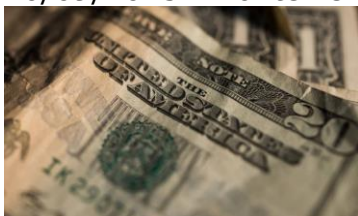
No caso de empresas com ligação direta com o governo, como a Petrobras, o prêmio de risco se potencializa, lembra Luis Scaglianti, sócio da consultoria RGF. Ele ressalta que a

petrolífera está envolvida nas investigações da Operação Lava-Jato e demorou a publicar seu balanço, o que a colocou na berlinda aos olhos dos investidores internacionais.

Ontem, os bônus da Petrobras com vencimento em 2024 eram negociados a 85,24% do valor de face (um retorno anual de 8,74%). Na terça-feira, os papéis valiam 86,5% do valor de face (um retorno de 8,50% ao ano).

### **Dólar comercial opera em queda de 0,28%, a R\$ 3,839**

10/09/2015 – Fonte: O Globo



Os investidores aproveitam a manhã dessa sexta-feira para embolsar os ganhos com a valorização do dólar, principalmente após a divisa subir forte com a notícia da perda do grau de investimento do Brasil na agência de classificação de risco Standard & Poors's. A moeda americana era cotada, às 9h46, a R\$ 3,837 na compra e a R\$ 3,839 na venda, recuo de 0,28% ante o real - na mínima, já chegou a R\$ 3,822.

Na quinta-feira, a divisa registrou valorização de 1,37%, terminando o pregão cotada a R\$ 3,85.

Cleber Alessie, operador de câmbio da corretora H.Commcor, afirma que o movimento de queda no atual momento, em que o Brasil perdeu o grau de investimento por uma das três grandes agências de avaliação de risco e os Estados Unidos dão sinais de que podem elevar os juros, pode ser interpretada como uma realização de lucros por parte dos investidores.

— Parece uma realização de lucros, até porque os indicadores que foram divulgados hoje mostram uma melhora da economia americana. Os preços ao produtor subiram mais que o esperado, o que fortalece a ideia de que pode ocorrer um aumento de juros no curto prazo — disse.

O operador lembrou, no entanto, que o Banco Central tem sinalizado que irá intervir com maior frequência no mercado de câmbio caso a cotação do dólar ameace ultrapassar determinados patamares. Na quinta-feira, já foi feito um leilão de US\$ 1,5 bilhão com compromisso de recompra. No mês, essas operações já somam US\$ 4,5 bilhões.

Para Ricardo Gomes da Silva Filho, superintendente da Correparti Corretora de Câmbio, os agentes do mercado de câmbio estão atentos ao pacote de medidas que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, afirmou que será implementado até o final do mês. No entanto, a avaliação é que o pronunciamento de quinta-feira do ministro, após o rebaixamento do Brasil, foi improvisado.

O governo deve aumentar os esforços para evitar que as outras duas grandes agências de classificação de risco, Fitch e Moody's, rebaixem a nota do Brasil. O risco maior está na Moody's, em que a nota do Brasil está acima um nível do grau especulativo. Se isso ocorrer, o país deixaria de ser grau de investimento em duas das três grandes agências,

deixando de atender as exigências de alguns fundos que pedem esse selo de bom pagamento para deixar os recursos em um país.

## Capacidade da CBMM pode ser ampliada

10/09/2015 – Fonte: Diário do Comércio

A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), líder mundial na produção de nióbio no complexo industrial em Araxá, no Alto Paranaíba, está próxima de começar a operar já com sua capacidade ampliada de 150 mil toneladas anuais de nióbio, projeto iniciado em 2014 e que envolve investimento de R\$ 1 bilhão. que a licença de operação (LO) de uma série de estruturas que viabilizarão a ampliação será julgada hoje pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), que já emitiu parecer favorável ao licenciamento.

Em um dos processos que será analisado hoje pelo órgão ambiental está incluído uma nova estrutura de britagem, embalagem e expedição da liga de ferronióbio em granulações menores para atender aos clientes da empresa, além da instalação de correias transportadoras, conforme informou a Semad.

Em outro processo, será julgada a licença de instalação (LI) de uma barragem de contenção de rejeitos para a disposição de dejetos provenientes das operações do complexo minero-industrial.

Até o fechamento desta edição, a CBMM não se pronunciou sobre o assunto, mas, em abril deste ano, em entrevista ao DIÁRIO DO COMÉRCIO, o presidente da companhia, Tadeu Carneiro, afirmou que nos próximos dois a três anos a empresa deveria finalizar os aportes, entre conclusão de obras e início de comissionamento de novas instalações.

Na ocasião, ele informou que o pacote de investimentos envolvia um pátio de homogeneização de minério, que demandou R\$ 100 milhões e foi comissionado em 2014, uma nova usina de concentração, novas etapas de refino do concentrado e, por fim, a conclusão do novo lago de rejeito. Com os aportes, a produção de nióbio no complexo de Araxá passará de 90 mil toneladas por ano para 150 mil toneladas.

Conforme já divulgado, no ano passado, a produção de ferronióbio da companhia foi de cerca de 80 mil toneladas, volume aproximadamente 4% superior ao de 2013. Em torno de 95% da produção da CBMM são destinados às exportações.

A China é o principal mercado comprador do nióbio produzido pela empresa, seguida por Japão e Coreia do Sul, que alternam posições e, depois, pelos Estados Unidos. Como bloco econômico, a Europa é o maior consumidor, à frente dos chineses, isoladamente.

**Terras-raras** - Em abril, o executivo-chefe da CBMM também afirmou que a companhia estava pronta comercializar produtos de terras-raras, mesmo com uma produção ainda baixa. A ideia é vender o produto para dar sustentabilidade ao programa de desenvolvimento da tecnologia.

À época, segundo Carneiro, a capacidade instalada da empresa era da ordem de mil toneladas anuais de sulfato duplo de terras-raras, com possibilidade de aumentar o volume para 3 mil toneladas por ano.

A companhia vem investindo na aquisição do conhecimento e da tecnologia necessários para separar todos os elementos de terras-raras contidos no sulfato duplo. A ideia é conseguir separar os produtos de terra-raras que o mercado precisa. Em 2012, a CBMM



investiu entre R\$ 50 milhões e R\$ 60 milhões, conforme já divulgado, no desenvolvimento da tecnologia para beneficiar óxidos de terras-raras.

O interesse nesse mercado surgiu após a China, que responde por cerca de 95% da oferta global destes minerais, aumentar o controle sobre as vendas externas, ameaçando de desabastecimento o mercado mundial.

As terras-raras são 17 elementos químicos metálicos semelhantes. Estes minerais são insumos para a produção de equipamentos eletrônicos, superimãs, fertilizantes, catalisadores de automóveis, combustíveis, vidro e lentes especiais e fabricação de motores, entre outros.

## **Resumo do Diário Oficial**

10/09/2015 – Fonte: CNI

### **Presidência da República**

Controladoria-Geral da União

[Portaria Conjunta nº 2.279, de 9 de setembro de 2015](#)

“Dispõe sobre a avaliação de programas de integridade de microempresa e empresa de pequeno porte”.